

Assim e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64 A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 5/2012, de 17 de janeiro, e 123/2012, de 20 de junho, e pelas Leis n.º 24/2012, de 9 de julho, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro, que aprova a orgânica do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.) determino o seguinte:

1 – Designo nos termos do n.º 8 do artigo 19.º da Lei 64/2011, de 22 de dezembro, a Dr.ª Maria Irene da Silva Paredes, em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.).

2 – Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da referida Lei-Quadro dos Institutos Públicos, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 – O presente despacho produz efeitos a partir do dia 23 de dezembro de 2014.

Nota curricular

Maria Irene da Silva Paredes, nascida em 20 de setembro de 1957, licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1980), possui uma pós-graduação em *Le Management en Éducation* pela Universidade de Toulouse (1989) e completou a parte curricular do doutoramento em Administração Pública, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL (2011). Em 1980, iniciou a carreira profissional como docente do ensino secundário, tendo desempenhado as funções de Vogal do conselho diretivo da escola secundária da cidade universitária com responsabilidades na área financeira (1981 a 1986). Em 1990, foi nomeada chefe de divisão da Divisão de Organização e Cadastro do Ensino Particular e Cooperativo do Ministério da Educação, com competências delegadas na área do financiamento do Ensino Particular e Cooperativo. Teve a seu cargo a redefinição dos critérios de financiamento e o acompanhamento dos contratos de associação e dos contratos simples. Foi responsável pela cooperação com as escolas portuguesas em África tendo coordenado as missões a Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Fez parte do Grupo de Trabalho para a revisão dos estatutos e do financiamento do Ensino Particular e Cooperativo (1990-1994). Em 1996, foi nomeada adjunta do Gabinete do Secretário de Estado do Desporto tendo sido responsável pela área económica e financeira. Foi representante do Gabinete na Comissão Interministerial para as Migrações e Comunidades Portuguesas (Despacho conjunto n.º 478/98, de 23 de julho). Em 1999, foi nomeada Vice-Presidente do Instituto Nacional do Desporto com competências delegadas na área da Administração Financeira e Gestão dos Recursos Humanos (Despacho n.º 13253/99, de 13 de julho). Em 2000, foi nomeada Conselheira Técnica na Delegação de Portugal junto da OCDE em Paris, tendo sido responsável pelo acompanhamento do Centro de Desenvolvimento da OCDE, pelo Comité *Public Management Service* e pelos Grupos de Trabalho *Senior Budget Official*, *Regulatory Reform* e *Sustainable Development* (2000-2003). Foi Diretora Coordenadora da área da tramitação e custos de contexto na Agência Portuguesa para o Investimento, EPE (API) e na Agência Portuguesa para o Investimento e Comércio Externo, EPE (AICEP) com responsabilidades na área da identificação e remoção dos custos de contexto com vista à criação de um ambiente de negócios competitivo para os investimentos nacionais e estrangeiros (2006-2008). Em 2008 integrou, como técnica superior o mapa de pessoal do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação tendo passado para o mapa de pessoal do Camões IP em 2013. Em 2012, foi nomeada Vogal do Conselho Diretivo do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, IP.

19 de janeiro de 2015. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

208377072

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Autoridade Marítima Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Anúncio n.º 22/2015

1 — Faz-se público que na Capitania do Porto de Portimão, foi apresentado pedido, por iniciativa particular, nos termos do artigo 12.º n.º 3

e artigo 21.º n.º 1 e n.º 4 ambos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua atual redação, e conforme disposto nos respetivos Planos de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura — publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/1999, de 27 de Abril, para a atribuição de licença de utilização privativa referente à ocupação do Domínio Público Marítimo (DPM), para a instalação e exploração de:

Praia de São Rafael — a nascente da UBI — Concelho de Albufeira — Apoio recreativo não motorizado.

2 — Durante o período de 30 dias a contar da data de afixação do presente anúncio, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, está aberta a faculdade de outros interessados puderem requerer para si a emissão do título com o objeto e finalidade para a utilização publicitada, ou apresentar objeções à atribuição do mesmo.

3 — Caso seja recebido dentro do prazo referido no parágrafo anterior pedido idêntico de atribuição de licença, será iniciado em 10 dias, procedimento concursal entre os interessados, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as necessárias adaptações, sendo os interessados notificados dessa decisão bem como da remessa das demais peças do procedimento.

4 — As principais características das utilizações em causa, bem como as condições de elaboração das propostas, são as referidas no programa do procedimento, que se encontra disponível para consulta na Capitania do Porto de Portimão, sita no Largo do Dique, 8500-503 Portimão, com o telefone 282 424 777, fax: 282 417 258, endereço eletrónico: capitania.portimao@marinha.pt, durante as horas do expediente (9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00) desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5 — As propostas podem ser entregues até às 17h00 do 30.º (trigésimo) dia útil a contar do dia seguinte à data da publicação do presente anúncio, na Capitania do Porto de Portimão, na morada e horário referidos no ponto 3, ou enviados pelo correio, sob registo e com aviso de receção para o mesmo endereço.

12 de janeiro de 2015. — O Capitão do Porto, *Rui Gabriel Martins Santos Pereira*.

208355753

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 731/2015

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 17.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Militar de Serviços Distintos, Grau Cobre, o Sargento-mor Operador de Informática (048105-L) António José dos Santos Leite.

10 de setembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

208359682

Despacho n.º 732/2015

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Militar de Serviços Distintos, Grau Prata, o Capitão-de-mar-e-guerra (22982) Paulo Jorge Cardoso Paiva Lopes.

13 de outubro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

208359617

Despacho n.º 733/2015

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º, e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecora com a Medalha Cruz de São Jorge, Quarta Classe, o Primeiro-sargento de Infantaria (32597992) Paulo Emanuel Camilo Lopes.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

208359503